



CÂMARA DOS DEPUTADOS

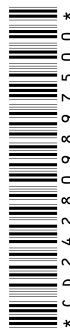
REQUERIMENTO Nº DE 2024

Requer a realização de reuniões técnicas visando contribuir com o fomento de políticas públicas e orientar ações de reparação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização por essa Comissão Externa, de reuniões técnicas visando contribuir com o fomento de políticas públicas e orientar ações de reparação, com os seguintes órgãos e instituições:

- Advocacia Geral da União;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Secretaria Geral da Presidência da República;
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Ministério da Pesca e Aquicultura;
- Ministério da Saúde;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério dos Povos Indígenas;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Ministério da Igualdade Racial;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Ministério dos Transportes;
- Ministério das Cidades;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai
- Ministério da Previdência Social;
- Ministério da Agricultura e Pecuária;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Ministério da Educação;
- Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater;
- Governo de Minas Gerais;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Governo do Espírito Santo;
- Prefeituras Municipais da Bacia do Rio Doce;
- Fundação Renova;
- Samarco Mineração;
- Vale S.A.;
- BHP Billiton;
- Organizações Sociais da Bacia do Rio Doce;
- Comissões de Atingidos.

JUSTIFICAÇÃO

A assinatura do acordo de repactuação do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta de Mariana, no dia 25 de outubro, abre um novo capítulo na busca por reparação ambiental e justiça social na bacia do rio Doce, após os danos provenientes do rompimento da barragem de Fundão, maior tragédia socioambiental do país, ocorrida em 2015. O novo acordo foi estabelecido em um montante de R\$ 132 bilhões, em dinheiro novo. As empresas vão repassar ao Poder Público cerca de R\$ 100 bilhões, ao longo de 20 anos, para a implementação de políticas públicas em favor da população e cidades atingidas. Outros R\$ 32 bilhões serão provisionados pelas empresas para obrigações que permanecerão sob suas responsabilidades relativas à reparação do meio ambiente e à indenização dos atingidos.

Sala da Comissão, em de novembro de 2024.

ROGÉRIO CORREIA

Deputado Federal
PT-MG

